

O OLHAR DE JEAN PIAGET SOBRE O PAPEL DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA MORAL AUTÔNOMA: O CAMINHO PARA UMA SOCIEDADE MENOS EXCLUDENTE

Gicele Santos da Silva¹.

¹Docente Superior e Pesquisadora. UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/RS; UFSM – Universidade Federal de Santa Maria/ RS; UNINTER – Centro Universitário Internacional – PR; UNIDERP – Universidade Anhanguera/RS; UNITRI - Centro Universitário do Triângulo Mineiro-MG. Registros

Profissionais:

CFEP Nº 23.008.098. CRA-RS Nº RS-055130/O. CAU-RS Nº A87479-5. CREA-RS Nº 220115875-4.

<https://lattes.cnpq.br/5705290214900644> | <https://orcid.org/0009-0001-8624-1600>

PALAVRAS-CHAVE: Construção do Pensamento. Família. Cidadãos.

DOI: 10.47094/IICOBRAFIMES.2025/RE.30

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram”.

Jean Piaget (1896-1980)

INTRODUÇÃO

Cada vez mais, em nossa sociedade brasileira, temos questionado a Educação Tradicional, aquela pautada no autoritarismo e na transmissão de conteúdo, que vê o aluno como passivo dentro do processo de ensino e aprendizagem, que preza pela “disciplina” entendida como submissão. Pergunta-se: Será que essa forma de educação é capaz de formar cidadãos cognitivamente e moralmente autônomos, para o bem, a atividade criadora, reflexiva e crítica dos educandos? É nessa busca que muitos educadores e pesquisadores têm voltado o olhar para a Educação Democrática e as Novas Alternativas em Educação.

Visando contribuir com as discussões que tratam dessas formas de Educação, buscou-se relacionar as Teorias do Psicólogo e Epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), evidenciando as aproximações de aspectos do desenvolvimento moral presente em sua Teoria e a relação com a Educação. Torna-se essencial o destaque que a epistemologia que fundamenta as Teorias de Piaget, e sua preocupação em como o sujeito passa do conhecimento espontâneo e chega ao conhecimento mais elaborado e crítico. Essa epistemologia assume praticamente uma identidade, destacada por Becker (2011), quanto ao papel essencial da ação do sujeito na construção do conhecimento.

No Brasil contemporâneo, a relação entre família e Escola é um assunto colocado em discussão frequentemente. A reiterada reflexão acerca dessa temática se deve, sobretudo, à relevância dessas duas instituições sociais no modo de organização da sociedade brasileira, já que elas desempenham um papel essencial no desenvolvimento do gênero humano e

na formação das novas gerações. Apesar dessa importância construída historicamente, nos últimos anos tem se popularizado um discurso que alega que as famílias precisam “proteger” suas crianças de uma suposta doutrinação exercida pela Escola.

Os propagadores desses ideais presumem que a família seria o único espaço seguro para o desenvolvimento infantil e assumem que essa instituição possui uma única organização desejável: pai, mãe e filhos que vivem juntos. A adesão popular a esse pensamento está centrada na ideia de que os pais devem criar seus filhos segundo seus próprios valores. Nessa interpretação, o Estado, a escola, a mídia etc. são tidos como influências prejudiciais ao desenvolvimento da Moralidade Infantil, enquanto a unidade doméstica privada, é vista como o espaço essencialmente privilegiado e confiável para esse fim.

Na concepção de Biroli (2020) desde 2014 essa proposta tem avançado no desmonte das instituições democráticas, na alteração dos currículos escolares e no ataque às organizações de fomento à pesquisa científica no país. O PNE - Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), por exemplo, só foi aprovado após terem sido retiradas às temáticas de igualdade de gênero, diversidade sexual e racial. Nesse sentido, o panorama é sistematizado por Biroli (2020) da seguinte forma:

[...] direitos e valores democráticos, assim como a dimensão social e coletiva da vida, são combatidos e enfraquecidos em nome das tradições e, sobretudo, da ‘família’ – isto é, famílias nucleares definidas por seu caráter heterossexual e pelo objetivo da reprodução. Dessa perspectiva, as famílias devem ser autônomas no modo de criar seus filhos, para além de diretrizes políticas e princípios de justiça social [...]. Com isso, neoliberalismo e neoconservadorismo [...] promovem a responsabilidade das famílias nucleares em detrimento de pactos coletivos e de dinâmicas distributivas [...] dessa perspectiva, a erosão da democracia é promovida enquanto abre caminho para visões discriminatórias, autoritárias e anti-igualitárias (Biroli, 2020, p. 186-187).

A articulação desse pensamento coloca a família como única possibilidade de laços duradouros e o espaço privado é entendido como o lugar protegido das mazelas da vida atual, ou contemporânea. Complementa Biroli (2020, p.152), essa agenda “pró-família” tem se tornado o principal instrumento na: “[...] mobilização positiva, que produz identidades religiosas e nacionalistas, e para a construção negativa dos oponentes, ativando o racismo, a homofobia e o antifeminismo [...]”.

Convém salientar que a utilização da estratégia discursiva de afirmar que os pais estão sendo destituídos de seu direito de educar, que a família poderá ser destruída e que isso se deve à imposição da vontade de minorias cria uma comoção popular hostil, para as legislações e políticas, que visam garantir os direitos de grupos historicamente marginalizados. Essas mobilizações revelam uma narrativa reducionista do que é família, desconsiderando a diversidade de arranjos familiares existentes no Brasil e gera nos ouvintes

uma sensação de ameaça que propaga uma visão negativa da Escola, impulsionando projetos políticos autoritários-conservadores.

OBJETIVO

O presente Estudo tem como objetivo, refletir sobre o papel desempenhado pela Escola no desenvolvimento da Moralidade Infantil e, diante disso, pensar sobre como os espaços escolares podem ser pautados por preceitos como respeito mútuo, justiça social e trabalho coletivo. O referencial teórico que orientará o processo investigativo e sua análise será a Epistemologia Genética de Piaget (1994), sobretudo suas contribuições acerca do desenvolvimento moral da criança.

METODOLOGIA

Os apontamentos contidos nesse estudo partem de uma pesquisa bibliográfica que tem como fundamentação teórica a Epistemologia Genética de Piaget (1994), Teoria que se centra na investigação de como a criança vai se constituindo em termos de conhecimento.

Na concepção de Gil (2010):

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas (Gil, 2010, p. 44).

Trata-se, portanto, de um referencial que entende que existe um percurso psicogenético que leva o sujeito de um nível de conhecimento mais rudimentar a um mais elaborado, sendo capaz, inclusive, de produzir conhecimento (pensamento científico). Tomando por base esse referencial, Piaget (1994), apresenta uma questão que merece destaque, a compreensão de que as interações sociais, que o indivíduo estabelece, são fundamentais para que seu desenvolvimento ocorra. Esse fato evidencia a importância das transmissões culturais e dos processos educativos, pontos especialmente relevantes no que tange ao desenvolvimento moral das crianças.

Porém, vale sinalizar que, embora diverjam em termos de conceituação, o desenvolvimento moral e o cognitivo são processos inseparáveis que ocorrem de forma simultânea na formação da criança. Por esse motivo, a ideia de que a Escola seria responsável unicamente pelo desenvolvimento cognitivo e só a família poderia se envolver com o desenvolvimento moral não se sustenta quando se parte da Teoria de Piaget.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta de Educação Moral defendida por Piaget (2008), através dos moldes Piagetianos, pode ser classificada como “Anti-educação Moral”. Essa afirmação se justifica, sob o ponto de vista de Lepre (2019, p.06), como: “[...] a educação moral não pode ser entendida como doutrina, mas como um conjunto de princípios autonomamente elaborados pelos sujeitos, visando à justiça e ao bem comum [...]”. Essa experiência negativa marcou o cenário da Educação Brasileira e, assim, as discussões sobre a moralidade nas Escolas se enfraqueceram substancialmente a partir de então. Dessa forma, ainda de acordo com Lepre (2019), a família passou a ser vista como a única instituição responsável pela formação moral da criança.

O equívoco contido nessa ideia reside no fato de que a família é uma instituição social que se configura na esfera privada e, como tal, nem sempre dispõe dos recursos necessários para proporcionar sozinha uma experiência de vida social autêntica, com um espaço plural o suficiente para que a criança conviva com as diferenças, exerça a cooperação, o respeito à diversidade e a democracia, ou seja, para que seja possível desenvolver uma consciência moral autônoma.

Contudo, é importante esclarecer que na proposta Piagetiana de Educação para Moralidade a instituição família não é descartada ou desprezada. Na realidade, a promoção de uma Educação Moral com vistas à formação de uma “consciência moral autônoma” demanda um esforço coletivo por parte de todos aqueles que se relacionam com essa criança. Nesse viés, conforme Piaget (1999), a Educação Moral deve ser norteadada por métodos ativos que levem em conta a própria criança. Na concepção de Lepre (2019, p.14-15): “[...] a criança deve estar em contato com outras crianças e com situações nas quais possa experimentar a cooperação, a democracia, o respeito mútuo e, assim, construir paulatinamente sua moralidade [...]”.

Como expõem Piaget (1994), que reconhece haver um paralelismo entre o desenvolvimento moral e o intelectual, e nem as normas lógicas e nem as normas morais são inatas. Antes mesmo da linguagem, é possível reconhecer na criança certas ações que apontam para a lógica de classes e relações, da mesma forma que encontramos, nesse mesmo período, tendências à simpatia e reações afetivas que darão origem, posteriormente, às condutas morais. Esses aspectos encontrados anteriormente à linguagem serão considerados, de fato, lógicos ou morais, depois que alcançarem uma dada estrutura e leis de equilíbrio.

Embasada teoricamente, em Piaget (1994; 1999; 2008), pela proposta de Educação Moral, Lepre (2019) destaca os trabalhos em equipe, como uma excelente atividade facilitadora para a construção da autonomia da criança. Isso porque nessa interação pode-se trocar pontos de vista, exercer a elaboração de argumentos, renunciar à sua ideia em prol da vontade da maioria. Enfim, exercitar a democracia. Assim, a Escola que fomenta atividades desse tipo pode contribuir para uma convivência harmoniosa entre indivíduos com pensamentos diversos e, em mesma medida, promover um ambiente plural e seguro

para todos.

Cabe ressaltar que, dada à complexidade da temática, uma Educação que tenha como finalidade auxiliar a criança no desenvolvimento de uma consciência moral autônoma pressupõe comprometimento coletivo, posto que é necessário garantir que tais ações pedagógicas proporcionem espaços acolhedores e não doutrinários. Desse modo, já em vias de conclusão, é possível notar que a Escola pode desempenhar um relevante papel na proposição de uma educação que tenha como finalidade auxiliar a criança na formação de uma consciência moral autônoma e que colocar essa temática sob análise é uma atividade que tem se revelado urgente no cenário contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que nesse breve esboço não tenha sido possível esgotar essa discussão, ao considerar as reflexões propostas nesse texto, pode-se inferir que, a Teoria Piagetiana, propõe uma educação que tenha compromisso com a formação de indivíduos autônomos, com princípios desejáveis para a vida em sociedade e para o exercício da democracia.

Torna-se importante ressaltar, que Jean Piaget não elaborou uma pedagogia, uma metodologia de ensino ou uma didática para sua Teoria. Mas, deixou muito clara sua opção pelos métodos ativos, os quais priorizam o trabalho em grupo, a investigação, a escolha, em que as crianças possam viver uma espécie de sociedade infantil, democrática e participativa. Além de discutir, em seus escritos, que se o que se deseja é alcançar a Autonomia Moral não é possível pensar em uma Educação autoritária e com métodos puramente individualistas. É inútil tentar impor às crianças, coercitivamente, uma disciplina pronta e verdades exteriores ao seu pensamento, pois ela somente se desenvolverá dentro das relações de cooperação e reciprocidade.

O intuito do presente Estudo consiste, em registrar que essa discussão não se dê por encerrada e as reflexões não se esgotem aqui, mas que se desdobrem em outras tantas mais para que, cada dia mais, possamos transformar a Educação e construir uma sociedade melhor para todos. Desse modo, os espaços escolares necessitam ocupar um papel essencial no processo de desenvolvimento da Moralidade Infantil e, portanto, é fundamental que se defenda a Escola como um lugar plural e diverso que estimula a convivência entre indivíduos diferentes e busca uma sociedade menos excludente.

REFERÊNCIAS

- BECKER, F. **O Caminho da Aprendizagem em Jean Piaget e Paulo Freire: Da Ação à Operação**. 2ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- BIROLI, Flávia. Gênero, “Valores Familiares” e Democracia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. p. 135-184. São Paulo/SP: Editora Boitempo, 2020.
- BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação

desta Lei. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm

Acesso em: 10/06/2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª. Ed. São Paulo/SP: Editora Atlas, 2002.

LEPRE, Rita Melissa. A Educação Moral na Escola: Revisões e Alternativas a partir das Contribuições da Psicologia. **Revista Educação**, v. 44, p. 01-25, Santa Maria/RS, 2019.

PIAGET, Jean. **Sobre a Pedagogia: Textos Inéditos**. (Org.) Silvia Parrat e Anastasia Tryphon. Psicologia e Educação. Coleção dirigida por Lino de Macedo. 1ª. Ed. São Paulo/SP: Editora Casa do Psicólogo, 2008.

_____. **O Juízo Moral na Criança**. 4ª. Ed. São Paulo/SP: Editora Summus, 1994.

_____. Os Procedimentos da Educação Moral. Tradução de Maria Suzana de Stefano Menin. In: **Cinco Estudos de Educação Moral**. São Paulo/SP: Editora Casa do Psicólogo, 1999.